

**Caio Augusto Toledo Padilha\***

\* Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. padilha.caio@hotmail.com

### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a política educacional do governo José Sarney, de modo a identificar a contribuição desse governo para a construção de um sistema educacional inclusivo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, voltada à análise do conteúdo de fontes primárias e secundárias, respectivamente, documentos nacionais e produções científicas. A análise dos dados permitiram constatar que o então governo manteve a opção pela Educação Especial em detrimento da Educação Inclusiva, o que corroborou para o agravamento do histórico processo de exclusão de pessoas com deficiência do sistema educacional regular.

**Palavras-chave:** educação especial, educação inclusiva, História da Educação; Governo José Sarney (1985-1990).

**Abstract: Education and inclusion in the New Republic (1985-1990).** This article aims to analyze the educational policy of the government of José Sarney, in order to identify the contribution of this government for the construction of an inclusive education system. For this, we carried out a qualitative study aimed at analyzing the content of primary and secondary sources, national documents and scientific production respectively. Data analysis showed evidence that the then government maintained the option of Special Education at the expense of Inclusive Education, which corroborated to the worsening of the historical process of excluding people with disabilities from the regular educational system.

**Keywords:** special education, inclusive education, History of Education; José Sarney Government (1985-1990).

### Introdução

O presente artigo tem como objeto refletir sobre a atuação do governo José Sarney (1985-1990) na educação, mediante a implementação de políticas públicas, mais precisamente no tocante à inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional comum. Compreende-se, aqui, por educação inclusiva a proposta educacional que se pauta no respeito à diferença e no incentivo à criticidade, à criatividade e, sobretudo, à emancipação dos indivíduos. Por conseguinte, é esta a responsável por garantir a efetivação do direito de todos à educação,

mediante a oferta de condições de acesso e permanência no sistema educacional comum, em conformidade com o que é determinado pela legislação brasileira.

Esta proposta educacional emerge da força dos movimentos sociais que, desde os anos 1960, se empenharam na luta pela universalização do acesso ao sistema educacional e pela plena participação na vida em sociedade, reivindicando direitos negados desde os primórdios da colonização brasileira. Apesar das dificuldades impostas pela manutenção de uma cultura educacional excludente, simbolizada, entre outras coisas, pelo avanço da Educação Especial, cujo propósito é o de inserir os alunos com deficiência em classes ou escolas especiais, afirmando uma perspectiva integracionista, pois

objetiva a adaptação do indivíduo à sociedade e não o contrário; portanto, a Educação Inclusiva emerge como uma alternativa de radical mudança paradigmática.

Em função disso, propõe a superação da dicotomia ‘opressor-oprimido’, criticada por Freire (1987), ao colocar o aluno como centro do processo educativo, concedendo-lhe a oportunidade de compartilhar experiências de vida, construir sua criticidade, sua autonomia e praticar a liberdade; compreende a fluidez da identidade do indivíduo participante do processo educativo, sua singularidade e sua vinculação a condições materiais e sociais e, conseqüentemente, estabelece a diferença como um referencial, pois esta é encarada não mais como um elemento de opressão e oposição, mas como multiplicidade, dinamismo, criação, fluidez e instabilidade (DERRIDA, 1991; DELEUZE, 2006), sendo necessária, portanto, para desconstruir os padrões de normalização (SILVA, 2000) que nos são impostos, e romper com as práticas pedagógicas segregacionistas, homogêneas, discriminatórias, preconceituosas e excludentes.

Nesse sentido, é de fundamental importância que se proceda à análise da atuação estatal, ao longo da história, no campo educacional, de modo a identificar os avanços e retrocessos na construção de um sistema inclusivo. Assim, estabelecemos a atuação do governo José Sarney (1985-1990) como objeto de pesquisa, primeiro por acreditar que a inclusão só ocorrerá efetivamente, mediante a implementação pelo Estado de políticas públicas; segundo, por considerar a gestão – apesar das ações controversas – um marco na história do país, em decorrência de seu importante significado no processo de redemocratização – simbolizado pela ascensão de um civil à Presidência da República após mais de duas décadas de Ditadura Civil-Militar – e da promulgação da Constituição Federal, em 1988, ou seja, da promulgação da legislação responsável por consagrar, finalmente, o direito de todos os indivíduos à educação.

Para analisar criticamente a atuação do governo Sarney no campo educacional e, mais especificamente, sua contribuição à construção de um sistema educacional inclusivo, procedemos a um trabalho de pesquisa junto a fontes primárias (documentos nacionais e internacionais) e fontes secundárias (produções científicas de diferentes naturezas), cujos

resultados estão sistematizados neste artigo, em quatro itens. No primeiro, estabelecemos o perfil político de José Sarney, explicitando sua trajetória; no segundo, procuramos reconstituir o cenário de transição da Ditadura Civil-Militar para a Nova República, evidenciando o caótico cenário socioeconômico brasileiro e as mazelas da área educacional; no terceiro, nosso objetivo foi o de definir as bases da atuação do governo Sarney no campo socioeconômico; no quarto item, procuramos identificar na política educacional implementada à época, as intervenções em favor da Educação Especial em oposição a uma política de Educação Inclusiva. Por fim, apresentamos algumas conclusões, com o intuito de evidenciar a análise proposta por esta pesquisa.

### A trajetória de um político pragmático

José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, nascido em Pinheiro, interior do estado do Maranhão, possivelmente não imaginava que chegaria à Presidência da República quando iniciou sua carreira política. Formado em Direito, filho de pai desembargador, o jovem José começou a trabalhar no Tribunal de Justiça do estado – por influência do pai – e logo se envolveu com a política. Nomeado oficial de gabinete do governador Eugênio Barros, também por influência paterna, logo se candidatou a deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1954 (DÓRIA, 2009). Não logrou êxito na primeira eleição, quando se tornou o quarto suplente. Foi somente em 1958 que se elegeu, já pela União Democrática Nacional (UDN).

Como deputado federal, José Ribamar – que só se tornaria Sarney, anos mais tarde – não fazia coro à oposição UDN. Era um dos parlamentares mais moderados, próximo do governo e, portanto, distante da ‘banda de música’, conhecida pela presença de políticos combativos como Carlos Lacerda e Afonso Arinos, contrários à aliança PSD-PTB, que dera sustentação aos governos Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart (BENEVIDES, 1981). Mesmo assim, divergindo da ala majoritária do partido, conseguiu se tornar vice-presidente nacional da UDN. Com a deposição de Goulart, o início da Ditadura Militar e a instauração do bipartidarismo, em

1965, migrou para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, agremiação em que conquistou o espaço necessário para se tornar um quadro de expressão nacional.

Nas eleições de 1966, após dois mandatos de deputado federal, elegeu-se, com amplo apoio das elites maranhenses, governador do seu estado natal. Jovem, com 35 anos de idade, prometia um 'Maranhão novo', uma realidade diferente para um estado que era, à época, um dos mais pobres do país. Apoiado pela Ditadura Militar, o agora batizado José Sarney, faria algumas grandes obras como o Porto de Itaqui e a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança (SARNEY, 2011a). Afora isso, criou um sem número de órgãos na estrutura administrativa do governo maranhense, pavimentou alguns quilômetros de estrada e construiu um razoável número de escolas (SARNEY, 2011b) Era muito pouco para quem pretendia revolucionar o estado e havia impressionado um cineasta crítico como Glauber Rocha, que chegou a fazer um documentário sobre sua posse (ROCHA, 1966). No entanto, era o suficiente para ampliar seu poder político e fortalecer-se como um dos principais aliados da Ditadura.

Após o mandato, Sarney tornou-se senador da República pela primeira vez. Mesmo com atuação tímida, manteve o prestígio junto aos governos militares e ampliou sua rede de adeptos no Maranhão. Conseguiu, assim, construir um grupo político forte o suficiente para se manter no poder durante muito tempo, sendo poucas vezes ameaçado. Em 1978, reelegeu-se e, no ano seguinte, assumiu a presidência nacional da ARENA. Com a volta do pluripartidarismo e a transformação do partido governista em Partido Democrático Social (PDS), tornou-se o presidente da nova agremiação partidária. Pouco tempo depois, com a Ditadura em franco declínio e a pressão pela redemocratização, sentiu-se desprestigiado com a opção do general João Figueiredo por Mário Andreazza como seu candidato para a sucessão presidencial. Alegando que o presidente da República havia se comprometido com a realização de prévias para indicar o candidato governista, uniu-se a um grupo de insatisfeitos, renunciou à presidência do PDS, pediu desfiliação, migrando-se para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), principal força política de oposição à época (SARNEY, 2011c).

Já na oposição, foi um dos principais articuladores da Frente Liberal, tornando-se candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1984. Vitorioso, acabou assumindo a presidência com a morte de Tancredo e governou o país por cinco anos, realizando uma gestão controversa, caracterizada pela sucessão de planos econômicos fracassados e por uma política social bastante tímida. Alvo de frequentes denúncias de corrupção e abuso de poder no seu estado natal, ao deixar a Presidência da República, Sarney abandonou o domicílio eleitoral maranhense – temendo derrotas no pleito eleitoral –, migrando para o Amapá, estado recém-criado em seu mandato presidencial, onde se elegeu senador em 1990 (DÓRIA, 2009).

Na volta ao Senado Federal, notabilizou-se pela capacidade de articulação política, pela proximidade com os governos que se sucedem, e pela frequência com que aparece atrelado às notícias envolvendo denúncias de corrupção e abuso de poder. Assim, manteve forte seu grupo político no Maranhão, conseguindo reeleger-se senador pelo Amapá em 1998 e em 2006. Nesse intervalo, tornou-se presidente do Senado em quatro oportunidades, afirmou-se como uma liderança incontestada do PMDB, e determinou a indicação de aliados para cargos ministeriais, autarquias e empresas estatais de grande expressão. Nem mesmo os recentes escândalos envolvendo seu nome e o de seus parentes mais próximos ameaçou sua posição central no processo político nacional. Assim, permanece como senador da República, com mandato até janeiro de 2015.

### **A conturbada transição democrática**

Forças conservadoras representadas em grande parte pelo empresariado, classes médias, pela maior parte das forças militares e por setores da Igreja Católica, com o auxílio dos Estados Unidos, foram as responsáveis pelo golpe de Estado que derrubou João Goulart do poder, em nome da manutenção do capitalismo e do combate ao comunismo (BANDEIRA, 1978). Os vitoriosos de 1964 permaneceram por mais de duas décadas no poder, por meio de uma Ditadura Civil-Militar que oprimiu, violentou e matou milhares de indivíduos em nome do desenvolvimento.

No decorrer de mais de duas décadas de ditadura, o Regime sofreu um inevitável desgaste. Apesar de ter como característica a mutabilidade, visto que “[...] longe de ter permanecido sempre idêntico a si mesmo, o regime sofreu diversas transfigurações, ora regredindo na direção do Estado de exceção, ora progredindo na direção oposta” (CRUZ; MARTINS, 1983, p. 13), o modelo autoritário se tornou politicamente insustentável entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980. Na área social, graves problemas estruturais, como a fome, a miséria, a seca e o analfabetismo não foram devidamente combatidos. Os serviços públicos, em vez de serem continuamente aperfeiçoados, permaneceram de péssima qualidade, enquanto as políticas implementadas tinham caráter assistencialista e clientelista, servindo, muitas vezes, somente de propaganda para a manutenção dos ditadores no poder. No campo econômico, insistia-se nas teses desenvolvimentistas e na adoção de medidas, cujo propósito era o de sustentar a expansão do capitalismo. Assim, o Brasil conheceu o tecnicismo, o produtivismo, de modo que o Estado intervinha, cada vez mais, para sustentar o que se convencionou chamar de ‘milagre econômico’, cuja consequência era o alto crescimento econômico – durante o governo Médici, o Brasil chegou a ocupar lugar entre as dez maiores economias do mundo –, acompanhado de altos níveis de desigualdade social e do alto endividamento externo. Na esteira desses episódios, o apoio recebido de grandes potências já não tinha a mesma força de outrora, visto que os regimes ditatoriais latino-americanos enfrentavam fortes movimentos a favor da redemocratização.

A conciliação entre os diferentes setores, mantida à base da violência e do contínuo favorecimento às elites econômicas e políticas, não mais se sustentava. Mesmo esses estratos sociais encontravam-se insatisfeitos com os rumos do Regime. As massas, quase sempre excluídas pelos grandes acordos conciliatórios, começavam a sair às ruas, em grande volume, reivindicar direitos sociais e políticos negligenciados durante décadas. Sobre isso, afirma Skidmore (1988, p. 68):

[...] A elite brasileira durante muito tempo orgulhara-se de sua habilidade de manter o consenso político através da ‘conciliação’, mesmo tendo o poder assegurado, muitas

vezes, pela manipulação e pela repressão. O mito da ‘conciliação’ tinha se mantido entre brasileiros de todas as classes. Os novos movimentos de massa estavam ameaçando tal mito, confrontando os ‘conciliadores’ com os operários que rejeitavam manipulação da espécie antiga.

Não tardou e a proposta de transição ‘lenta, gradual e segura’ do governo Ernesto Geisel (1974-1979) começou a ser colocada em prática. Primeiro veio a anistia, que beneficiou não somente os opositores do Regime, mas também os repressores aliados. Depois vieram a volta do pluripartidarismo – que visava dividir a oposição, então em rápida ascensão – (SKIDMORE, 1988) e as eleições diretas para governador em 1982. Contudo, em meio à série de avanços, havia alguns retrocessos: a linha dura se expusera nas mortes de Manoel Fiel Filho, operário paulista, e do jornalista Wladimir Herzog, bem como em ataques terroristas como os que foram realizados à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Riocentro. Havia, também, aqueles que estavam preocupados em garantir, ao menos, mais um mandato presidencial através do Colégio Eleitoral, para, finalmente, realizarem eleições diretas em 1989. Por isso, a emenda Dante de Oliveira, que previa o reestabelecimento do voto popular para presidente da República, foi derrubada devido à ausência de um grande número de parlamentares governistas.

Nesse contexto, a presença de um líder político moderado à frente das principais manifestações oposicionistas significava uma real ameaça à Ditadura Militar. Tancredo Neves, então governador mineiro, era um exímio articulador, pois mantinha diálogo aberto tanto com os militares, como com a oposição, desde os tempos de parlamentar, quando fora deputado federal de 1964 a 1978 e senador de 1978 a 1982. Com a campanha das ‘Diretas Já’, Tancredo ganhou maior notoriedade ao posicionar-se de forma contundente contra o Regime, fato que o fez ser indicado para encabeçar a chapa oposicionista no Colégio Eleitoral.

Ainda que o nome de Tancredo fosse politicamente forte, não havia garantia de sucesso no pleito indireto. Por outro lado, a base governista vinha se digladiando pela indicação oficial do PDS, que deveria ser dada com as bênçãos do então presidente, general João

Figueiredo. Políticos como Marco Maciel, Hélio Beltrão, Aureliano Chaves e Paulo Maluf pleiteavam a candidatura em oposição ao preferido do presidente, Coronel Mário Andreazza, então Ministro do Interior. Nesse cenário dividido, fez-se soberana a vontade de Figueiredo e de alguns dos seus auxiliares mais próximos, à revelia do que desejava parte expressiva das lideranças pedessistas. Assim, capitaneados pelo então senador e presidente do partido, José Sarney, os insatisfeitos deixaram o PDS e fundaram a Frente Liberal, organização política, que viria a se alinhar ao PMDB e viabilizar a vitória de Tancredo Neves no pleito indireto.

José Sarney foi o principal beneficiário desse acordo político. Passou de liderança regional à liderança nacional em pouco tempo, sendo guindado à Vice-Presidência da República em curto espaço de tempo. Governista há muito tempo, Sarney simbolizaria a ‘transição negociada’, pois garantia a permanência no centro do poder de políticos historicamente ligados à Ditadura, como Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves, Jorge Bornhausen, entre outros. O cenário, porém, lhe foi ainda mais favorável. Uma fatalidade o levou à Presidência, pois Tancredo Neves adoeceu e faleceu antes mesmo de tomar posse no cargo. Apesar do impasse institucional acerca de quem deveria assumir o comando do país nessa vacância – alguns advogavam a tese de que o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, seria o substituto natural –, coube ao ex-governador e senador maranhense, um civil, o dever de contribuir para a consolidação da transição democrática, comandando um país em grave crise política, econômica e social.

### **A Constituição como resposta aos problemas socioeconômicas**

Recém-empossado na Presidência da República, Sarney viu-se sem outra opção a não ser a de manter os compromissos políticos feitos por Tancredo Neves – dentre eles, a escolha do ministério – e dar continuidade ao processo de redemocratização do país, aprovando a emenda constitucional que previa o reestabelecimento de eleições diretas para presidente, governador e prefeito; a extensão do direito de votar aos analfabetos e, por fim, a legalização dos partidos comunistas. Eram, sem dúvida, importantes

avanços institucionais. Mas, o país carecia de iniciativas governamentais mais abrangentes, intensivas no combate à desigualdade social e à grave crise econômica que o acometia, devido ao fracasso do ‘milagre econômico’, aos dois grandes choques do petróleo, e à recessão de grandes potências como os Estados Unidos e a Inglaterra. Nesse sentido, comprometeu-se a convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e lançou dois grandes planos: o *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República* e o *Plano Cruzado*.

O *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República*, criado pela Lei n. 7.486 de 06 de junho de 1986 (BRASIL, 1986) estabelecia como diretrizes para a atuação estatal, entre outras coisas, a realização de uma reforma administrativa, cujo propósito era o de dinamizar e desburocratizar as ações estatais; a redefinição da política econômica; a renegociação da dívida externa; o compromisso com a efetivação de direitos sociais; a geração de empregos e a atribuição de maior autonomia à atuação dos estados e municípios no provimento dos serviços públicos, numa clara demonstração dos princípios descentralizadores, desburocratizantes e democratizantes que envolviam o Plano (BRASIL, 1986). Significava, portanto, a colocação em prática – em nível governamental – daquilo que fora preconizado no ‘Compromisso com a Nação’, documento assinado anteriormente pelos integrantes da Aliança Democrática (composta pelo PMDB e pelos dissidentes governistas pertencentes à Frente Liberal), cujo propósito era o de divulgar as bandeiras da futura ação governamental da chapa Tancredo-Sarney.

O Plano traduzia boa parte dos interesses da sociedade e exigia forte comprometimento estatal. Embora o momento fosse propício para mudanças drásticas, o governo encontrou resistências internas para implementar as ações propostas. Frágil politicamente, Sarney se imobilizava cada vez mais frente ao fisiologismo de seus aliados e às constantes divergências com o PMDB, partido com o qual não possuía vínculos sólidos, dado que militou em favor da Ditadura durante todo o seu período de existência. Por conseguinte, optou por se afastar dos quadros de seu partido e se reaproximar dos setores conservadores, visto que possuía maior trânsito entre esses, decepcionando os setores progressistas, esperançosos com o novo governo, bem como colocando em xeque o

plano elaborado. Dessa forma, muitas ações sequer saíram do papel, em razão da crise política e da falta de recursos financeiros estatais.

A crise econômica também contribuiu para alguns dos fracassos do governo Sarney. O *Plano Cruzado* foi a primeira alternativa criada pela gestão para combater a crise econômica vigente, caracterizada pelos altos índices inflacionários, pela eclosão de um sem-número de greves, e pelo contínuo empobrecimento da população. O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, nomeado por Tancredo Neves, acabou por não resistir à pressão popular e foi demitido pelo presidente. Sua substituição por Dilson Funaro, empresário paulista, possibilitou que um grupo de intelectuais progressistas criasse um plano composto por medidas, tais como: a correção de salários pelo poder de compra; a instituição de abonos salariais; o congelamento e o tabelamento de preços; a fixação do câmbio durante meses; a livre definição das taxas de juros; o incentivo às importações e o desestímulo às exportações; a instituição do seguro-desemprego; a diminuição da retenção do imposto de renda na fonte e o início de um programa de privatizações com vistas a auxiliar o equilíbrio das contas governamentais (AVERBUG, 2005; BRESSER-PEREIRA, 1989).

O impacto inicial foi positivo e possibilitou, inclusive, o sucesso da coalizão PMDB-PFL nas eleições de 1986. Entretanto, não tardou e o *Plano Cruzado* começou a fracassar em decorrência da ausência de políticas efetivas no combate aos problemas estruturais brasileiros. Endividado e com altos gastos, o Estado assistiu ao superaquecimento da economia, ao enfraquecimento de determinados setores industriais e à volta da inflação galopante. Houve uma tentativa de reformular o 'Cruzado', mas não houve controle suficiente do déficit público, mesmo com o aumento de tarifas e impostos. Também foi alterado o cálculo da inflação e o país declarou a moratória da dívida externa, perdendo ainda mais credibilidade junto aos organismos internacionais. Sem apoio interno e externo, o Brasil viu-se em uma crise ainda mais grave, o que acarretou em uma grande perda de prestígio do presidente. A saída acabou sendo novamente a queda de um integrante do primeiro escalão: Dilson Funaro saiu para a entrada de Luiz Carlos Bresser-Pereira.

O novo ministro lançou mão de um novo plano econômico, que ficou conhecido como

'Plano Bresser'. Preços e salários foram congelados, dessa vez por um período de três meses; o câmbio deixou de ser fixo, foi descongelado e a elevada taxa de juros foi mantida. Além disso, Bresser-Pereira também propôs um novo tratamento à dívida externa e uma reforma tributária, imprescindível para o sucesso do plano econômico (BRESSER-PEREIRA, 1989). No entanto, a iniciativa acabou sendo rejeitada pelo presidente Sarney e as novas medidas acabaram não obtendo os resultados esperados. A inflação permaneceu em ascendência e o povo continuava insatisfeito com as perdas salariais, a diminuição do poder de consumo e a inoperância governamental. Desprestigiado pelo presidente, Bresser-Pereira acabou sendo substituído por Maílson da Nobrega, o último titular da área econômica da gestão Sarney.

Maílson assumiu o Ministério da Fazenda prometendo intervenções menos severas na economia. A sociedade estava cansada de choques ineficazes. Em razão disso, o ministro concentrou esforços na implementação de uma agenda neoliberal: redução de gastos públicos, reestabelecimento do diálogo com a comunidade financeira internacional, demissão de funcionários públicos, estabelecimento de uma alta taxa de juros e, contrariando os propósitos iniciais, a propositura de um novo congelamento de preços, salários e câmbio, além da criação de uma nova moeda, o 'Cruzado Novo' (MORAES, 1989; CORAZZA, 1989). Todavia, as últimas iniciativas do governo Sarney na área econômica também fracassaram. O Congresso Nacional, temendo os desgastes de uma aprovação de medidas impopulares, rejeitou grande parte das medidas propostas pelo 'Plano Verão', desgastando ainda mais o prestígio do presidente às vésperas do término do seu mandato.

Na área social, o governo Sarney iniciou sua atuação, prometendo implementar políticas de grande relevo, destinadas a combater as desigualdades regionais. Em função disso, optou-se pela multiplicação do volume de recursos destinados às regiões Norte e Nordeste, o que provocou o fortalecimento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Ainda nessa perspectiva, foram propagandeadas iniciativas ambiciosas, com vistas a combater problemas nas áreas da saúde, da alimentação e da nutrição, da previdência e assistência social,

do saneamento, da habitação e da reforma agrária. No entanto, as promessas não se transformaram em realidade, pois não havia como financiá-las, assim como faltava vontade política para romper com as práticas clientelistas e assistencialistas, fortemente difundidas pelos militares. Ainda assim, foram criados o seguro desemprego, o vale transporte, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) – antecessor do Sistema Único de Saúde (SUS) –, o Programa Nacional do Leite, e a Lei Orgânica da Previdência Social foi reformulada. Todavia, essas ações foram insuficientes para contornar o caos socioeconômico pelo qual o país passava à época, frustrando, mais uma vez, os diferentes setores da sociedade que viam na Nova República a esperança de dias melhores.

O grande marco da administração Sarney foi a promulgação da Constituição Federal em 1988, após o presidente ter cumprido o compromisso de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Por conseguinte, em 1986, foram eleitos deputados federais e senadores, que se encarregaram de suas funções parlamentares e constituintes, atendendo ao desejo dos conservadores e dando continuidade ao processo de transição negociada. Esse fato despertou a ira dos movimentos sociais, que desejavam a eleição de representantes destinados a trabalhar na elaboração da nova Constituição. Sobre a questão, aponta Souza (2001, p. 517):

Na fase inicial, vários foram os fatores de conflito. A convocação de uma ANC não-exclusiva gerou a primeira ruptura entre progressistas e conservadores. Ao assumir o compromisso de que a ANC não seria exclusiva, que foi cumprido por Sarney, Tancredo acalmou os receios dos militares e dos líderes do PFL contra um possível radicalismo de uma Constituinte exclusiva e soberana. O fato de não ser exclusiva também permitiu a participação de 23 senadores ‘biônicos’, nomeados durante o regime militar.

A coalizão governamental, beneficiada pelos primeiros efeitos do *Plano Cruzado*, acabou por eleger um grande número de constituintes nas eleições de 1986, tanto que as duas maiores bancadas acabaram sendo formadas por representantes do PMDB e do Partido da Frente Liberal (PFL). O PDS, mesmo enfraquecido pela abertura, conseguiu eleger a terceira maior

bancada, garantindo – em companhia dos antigos dissidentes, que migraram para os partidos de sustentação do então governo – uma forte presença conservadora na Assembleia. O tom progressista, por sua vez, era dado por setores do PMDB e por partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que garantiram, além do pluralismo de ideias e do enriquecimento dos debates, a aprovação de propostas de cunho transformador (SOUZA, 2001).

Apesar das inúmeras tensões ocorridas no processo de elaboração da nova Constituição e da forte presença conservadora, intransigente às propostas de cunho progressista, evidenciada pela atuação do ‘Centrão’ – um bloco parlamentar formado por políticos de direita, que serviu de ‘tropa de choque’ do governo Sarney e garantidor de ‘conciliações’ entre os interesses conservadores e progressistas na redação final do texto constitucional (FREITAS et al., 2009) –, o resultado foi satisfatório: afirmou-se o pluripartidarismo, foram restituídos os sindicatos, a liberdade de imprensa e consagrados os direitos sociais. O Estado viu-se, finalmente, obrigado a desenvolver um modelo de atuação mais próximo do *Welfare State*, obrigando-se, portanto, a criar condições de combater problemas estruturais historicamente negligenciados.

A Constituição também interferiu diretamente na questão educacional ao estabelecer atribuições ao Estado, de modo a torná-lo garantidor da efetivação do direito de todos à educação, “[...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Sobre a importância da consagração desse direito, afirma Duarte (2007, p. 698):

A Constituição Federal, em seu artigo 205, reconhece, explicitamente, a educação como um direito de todos, consagrando, assim, a sua universalidade. Trata-se de direitos que devem ser prestados sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (cf. art. 3º, IV da CF/88). Contudo, não obstante o reconhecimento expresso da universalidade dessa categoria

de direitos, a sua implementação demanda a escolha de alvos prioritários, ou seja, grupos de pessoas que se encontram em uma mesma posição de carência ou vulnerabilidade. Isso porque o objetivo dos direitos sociais é corrigir desigualdades próprias das sociedades de classe, aproximando grupos ou categorias marginalizadas.

Dentre as novas atribuições estatais previstas pelo texto constitucional estavam: a garantia de oferta de ensino fundamental, gratuito e obrigatório, aos indivíduos em idade própria e extensivo, sob as mesmas condições, àqueles que não o cursaram; o atendimento mediante a elaboração de programas de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde ao escolar, neste nível de ensino; a obrigatoriedade do ensino médio e a gratuidade de seu oferecimento nos estabelecimentos públicos de ensino; a instituição do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, a ser oferecido preferencialmente no sistema comum – o que fortalecia, mais uma vez, a integração em detrimento da inclusão; a delimitação da atuação da educação infantil a partir do estabelecimento da faixa etária, de 0 a 6 anos de idade, do público frequentador de creches e pré-escolas; a oferta de ensino noturno; e, o acesso aos mais elevados níveis de ensino de acordo com a capacidade de cada indivíduo (BRASIL, 1988).

A nova Constituição também dispôs sobre os princípios que deveriam reger o sistema educacional, afirmando a qualidade, a gestão democrática de ensino, a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, a valorização dos profissionais da educação, a gratuidade da prestação de serviços dos estabelecimentos públicos de ensino, a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, e a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, fator determinante para a futura difusão da perspectiva inclusiva (BRASIL, 1988).

Por fim, além das novas atribuições estatais e dos princípios incorporados ao texto constitucional, havia a preocupação com a implementação de tais medidas. Para tanto, os constituintes estabeleceram o seguinte: a estrutura do sistema educacional brasileiro, dividida em diferentes níveis e modalidades de ensino; os deveres de cada ente da Federação –

sob o regime de colaboração<sup>1</sup> – para com o sistema; os mecanismos de financiamento das ações educacionais; e, finalmente, a necessidade de elaboração de um plano nacional de educação, fundamental para o efetivo combate a problemas estruturais do setor como o analfabetismo, a péssima qualidade dos serviços e a exclusão de grandes parcelas da sociedade.

### **Inclusão ou integração? Os impactos de uma política educacional controversa**

A elaboração do *Plano Educação para Todos* (BRASIL, 1985) foi a ação inaugural do governo Sarney na área educacional. O Ministério da Educação lançou o documento, que estabeleceu um amplo diagnóstico do setor e determinou as diretrizes para a sua atuação no decorrer do mandato do então presidente. O Plano reconhecia as grandes mazelas educacionais e propunha, em meio a inúmeras ações, uma articulação mais profícua entre Estado e sociedade, de modo a construir uma consciência nacional acerca da importância da educação. Ainda assim, deveria, entre outras coisas, o aparelho estatal intervir diretamente em questões centrais como a revisão dos mecanismos de financiamento educacional; a valorização da profissão docente; a construção e a reforma de prédios escolares; o aumento da jornada escolar; a readequação das propostas político-pedagógicas e o acompanhamento contínuo do alunado (BRASIL, 1985). De fato, o Plano se adequava às demandas reprimidas da sociedade durante a Ditadura. No entanto, havia dificuldade em viabilizá-lo devido à grave crise econômica que acometia o país. A saída encontrada pelo governo foi a descentralização, lógica difundida entre outros órgãos da administração federal. Para tanto, foi efetuada uma ampla reforma administrativa no Ministério da Educação, cujo objetivo era o de reduzir cargos e despesas, e se fortaleceu a realização de

<sup>1</sup> Em conformidade com o texto original da Constituição Federal, no artigo 211, é definido o regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O regime funcionaria da seguinte forma: à União caberia o papel de organizar e financiar o sistema federal de ensino, prestando assistência técnica e financeira aos demais entes da Federação. Aos municípios caberia a função de atuar prioritariamente no oferecimento do ensino fundamental e da educação infantil (BRASIL, 1988).

parcerias com estados e municípios, para que os entes federativos obtivessem maior autonomia e participação direta nas decisões sobre os rumos do sistema educacional.

A alteração do modelo de gestão das políticas educacionais permitiu a reestruturação dos programas de distribuição de livros didáticos, alimentação e material escolar. Mantiveram-se, porém, as práticas clientelistas e assistencialistas de outrora, beneficiando os arranjos políticos feitos pela coalizão governamental. Outras iniciativas surgiram como efeitos da lógica descentralizadora, objetivando a promoção de rápidas intervenções em questões complexas como a construção de salas de aula e a promoção da saúde do escolar. Entretanto, mais uma vez as ações acabaram fracassadas devido à insuficiência de recursos para sua implementação. A exceção foi o *Programa Educação e Trabalho*, que obteve certo sucesso, pois possibilitou a construção e a reforma de dezenas de escolas técnicas, reafirmando propósitos tecnicistas ao optar pelo investimento na capacitação das massas para a futura ocupação de empregos estáveis (BRASIL, 1989), o que resultaria, segundo o governo, numa ação de combate à desigualdade social.

O governo Sarney também centrou esforços na estruturação de políticas voltadas aos diferentes níveis de ensino, ao lançar a *Proposta de Política para a Educação de Segundo Grau* e os programas *Nova Universidade*, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Ensino Superior (Pides) e Programa de Apoio à Melhoria do Ensino Superior (Pames). Além dessas iniciativas, a Educação a Distância (EAD) foi estimulada, devido ao baixo custo e à possibilidade de rápida difusão. Consequentemente, surgiu a Televisão Educativa, responsável por ofertar conteúdo e contribuir para a formação dos diferentes públicos-alvo da área educacional. Essas iniciativas não garantiam o aumento da qualidade da prestação de serviços da educação pública, e abriam espaço para a difusão do ideário neoliberal no interior do sistema. Mas, mais uma vez, as medidas fracassaram em razão das dificuldades financeiras e políticas que o governo enfrentou para implementá-las.

A administração procurou intervir também na educação infantil, no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. Para efetivar suas ações, contou com o apoio de estados e municípios, mediante a realização de convênios e

parcerias, que previam a cooperação técnica e financeira da União para o treinamento de professores, a distribuição de materiais pedagógicos, a construção de instituições escolares e a ampliação da oferta de vagas. Esta opção refletia não somente o compromisso com a descentralização, mas a posição de Sarney em privilegiar ações regionais, beneficiando aliados de regiões mais pobres, mais necessitadas, portanto, da intervenção do Estado mediante a promoção de políticas públicas.

Afora a manutenção de práticas clientelistas e assistencialistas, o governo continuou transferindo parte das responsabilidades da União em relação à educação para a iniciativa privada, mediante o repasse de recursos para instituições particulares de ensino, exigindo, como contrapartida, a distribuição de bolsas de estudo para o alunado. Ou seja, optou-se, claramente, pela privatização num setor estratégico, de fundamental importância não só para o desenvolvimento do país, mas para o efetivo combate à desigualdade social.

Outro grave problema da área educacional consistiu na constante troca de ministros promovida pelo presidente para atender aos interesses de seus aliados. A pasta da Educação, conhecida pelo alto orçamento e pelo alcance de suas ações é considerada estratégica pelos políticos. Em razão disso, no decorrer da história, a presença de quadros técnicos no comando desse Ministério é menos frequente em relação à de ‘políticos de carreira’, sem nenhum vínculo com a área. José Sarney aproveitou-se dessa prática para nomear quatro ministros titulares<sup>2</sup> – Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Hugo Napoleão e Carlos Sant’Anna –, conhecidos por ocuparem diferentes cargos públicos, não terem maior proximidade com a Educação, além de serem aliados da Ditadura.

No tocante à inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional, o governo teve sua atuação pautada em contradições. Enquanto o novo texto constitucional colocava a educação como um direito de todos, reforçando a necessidade de assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência nas instituições escolares (BRASIL, 1988), a gestão Sarney centrou suas ações na

<sup>2</sup>A passagem de Aloísio Guimarães Sotero, então secretário-geral do ministério, não foi considerada, pois se deu em caráter interino, por apenas trinta dias – de 06 a 30 de outubro de 1987.

educação especial, mantendo o apoio às instituições públicas e privadas prestadoras desse tipo de serviço, e não contribuindo para a construção de um sistema educacional inclusivo.

No início do mandato presidencial, foi criada a Secretaria Nacional de Educação Especial, fruto da reforma administrativa realizada no MEC, que provocou a transformação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), um órgão autônomo, em órgão da administração direta, cuja responsabilidade continuaria sendo a de formular e implementar políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência. Sua atuação deveria, portanto, atender ao objetivo do governo federal de expandir a prestação de serviços educacionais a esses indivíduos em diferentes regiões do país (BRASIL, 1989a).

O MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial, criou programas de cooperação técnica e financeira destinados à construção e equipagem de salas de aula, de oferta de materiais escolares e de elaboração de instrumentos tecnológicos para auxiliar o trabalho pedagógico. Todavia, esses recursos não foram disponibilizados somente para os estados e municípios, mas também para instituições privadas de Educação Especial, num claro propósito privatizante<sup>3</sup>, marca das gestões militares, o que caracterizava a manutenção de uma postura desertora do Estado (AGUILAR, 2010) a um importante dever: o de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no sistema educacional comum.

A promulgação da Lei n. 7.853 de 24 de outubro de 1989, estabeleceu novos limites para a atuação do governo federal no tocante à inclusão das pessoas com deficiência. Dentre as disposições estabelecidas pela nova legislação estavam: o reconhecimento ao pleno exercício dos direitos individuais e sociais desses indivíduos; a definição de crimes; a determinação das formas de atuação do Ministério Público em relação a essas questões e, ainda; novas atribuições para as administrações direta e

indireta nas áreas da educação, da saúde e dos recursos humanos.

A nova legislação impôs ao Poder Público o dever de assegurar os direitos das pessoas com deficiência à educação, ao trabalho, à previdência social, à saúde e ao amparo à infância e à maternidade, num claro compromisso com a reafirmação de conquistas constitucionais. Na área da saúde, por exemplo, o Estado se incumbiu de promover ações referentes ao planejamento familiar, à prevenção de acidentes de trabalho, à criação de serviços de habilitação e reabilitação, à garantia de acesso aos serviços públicos e privados de saúde e à oferta de programas de saúde voltados, especificamente, ao atendimento das pessoas com deficiência.

Mais especificamente na área educacional, a legislação explicitou a preocupação do Estado com a formação das pessoas com deficiência, bem como o acesso destas ao mercado de trabalho. Em função disso, a legislação disciplinou a reserva de vagas a esses indivíduos e impôs ao Poder Público o dever de promover a criação e a manutenção de empregos, indispensáveis à construção da inclusão social. Além dessas questões, a Lei n. 7.853 estabeleceu o modelo de intervenção estatal na Educação, mediante a inclusão, obrigatória, da Educação Especial em todos os níveis de ensino – à exceção do superior –, com “currículos, etapas e exigências de diplomação próprios” (BRASIL, 1989), mediante a oferta no sistema público e nas unidades hospitalares nas quais estivessem internadas pessoas com deficiência. Também foi garantida a distribuição de materiais escolares, merenda e bolsas de estudo, assim como se fortaleceu a integração – em detrimento à inclusão – ao dispor sobre a “matrícula compulsória em cursos regulares [...] de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino” (BRASIL, 1989).

Essa última disposição destacava a centralidade, em toda a legislação, do conceito de integração, que serviria de base para a futura elaboração da *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*, cuja implementação teve início no governo Itamar Franco (1992-1995). Por consequência, o sistema educacional permanecia ignorando a diferença e segregando o alunado, visto que a integração pressupõe a normalização, ou seja, a adaptação do aluno com deficiência à vida escolar, e não o contrário, fato que contribui para o isolamento desses

<sup>3</sup>Para exemplificar a manutenção dessa opção privatizante, é necessário recorrer aos números. Somente no ano de 1989, foram enviados recursos federais a 1038 instituições voltadas à educação especial, das quais 109 eram públicas e 929, privadas (BRASIL, 1989).

indivíduos e à ocultação do fracasso escolar (MANTOAN, 1998).

A Lei também modificou, mais uma vez, a estrutura administrativa da Presidência da República. Foi criada a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), um órgão autônomo, que deveria ser o principal executor das diretrizes impostas pela legislação ao “[...] coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1989). Todavia, suas ações no campo educacional foram praticamente nulas, visto que a iniciativa nasceu no apagar das luzes do governo Sarney e o futuro presidente, Fernando Collor, a transferiu para o interior do Ministério da Ação Social, numa evidente demonstração do caráter assistencialista, que era impresso às políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência durante o período.

Essa controversa atuação governamental fortaleceu a Educação Especial e, conseqüentemente, as instituições – privadas e públicas – prestadoras desse tipo de serviço, historicamente prestigiadas pelos setores políticos conservadores, principais beneficiários da manutenção do assistencialismo. Com isso, a universalização dos serviços públicos de atendimento educacional às pessoas com deficiência não passou de um sonho frustrado, visto que, ao final do mandato do presidente José Sarney, apenas 3% dessa população – em uma demanda estimada em 10% da população global – era atendido pela educação (BRASIL, 1990).

### Considerações finais

O governo Sarney não logrou êxito no combate aos problemas econômicos e sociais, o que fez com que o presidente chegasse ao final de seu mandato com altas taxas de rejeição popular. Ainda que existisse o compromisso com o avanço do processo de redemocratização do país, confirmado a partir da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e da posterior promulgação do texto constitucional, em 1988, o cenário de mazelas – fome, analfabetismo, desemprego, alta inflação, serviços públicos de qualidade questionável, corrupção, entre outros – não foi significativamente alterado. Isso fez com que a sociedade se frustrasse com os rumos da Nova República, dado que as mudanças

prometidas e as anunciadas soluções para a maior parte dos problemas brasileiros não se concretizaram.

O presidente, ao optar pelo favorecimento aos antigos aliados da Ditadura, manteve o apelo conservador, gerando insatisfação entre as forças progressistas da sociedade e os próprios partidários, filiados ao PMDB. Isolado e impopular, Sarney tentou no decorrer de todo o seu mandato presidencial resgatar seu prestígio, optando por ações assistencialistas que, além do forte interesse político-eleitoral, contribuíram para a manutenção de um modelo estatal arcaico, permeado por práticas clientelistas e patrimonialistas. Dessa forma, surgiram programas compensatórios como o Programa Nacional do Leite e foram ampliados os programas de alimentação escolar, distribuição de livros didáticos e materiais escolares, além de terem sido propagandeadas outras tantas medidas cujos resultados não conseguiram alterar substancialmente um quadro social marcado por problemas estruturais.

No tocante à inclusão das pessoas com deficiência, a atuação governamental foi, no mínimo, contraditória. Ao passo que houve o esforço em assegurar direitos e criar programas destinados a atender esse público em grande parte das suas demandas, manteve-se a opção pela Educação Especial na perspectiva integracionista, tal qual preconizavam organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), que, nos anos 1970 e 1980, se notabilizou por defender o direito de as pessoas com deficiência desfrutarem “[...] de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível” e desenvolverem “sua capacidade e habilidades [...] que acelerem o processo de sua integração social” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1975, s/p).

Essa opção governamental corroborou para a manutenção de práticas médico-assistenciais – em detrimento à oferta de educação pública de qualidade –, e do apoio político e financeiro às instituições públicas e privadas de Educação Especial. Por conseguinte, os órgãos criados para fomentar políticas públicas de inclusão, como o Cenesp, da Secretaria de Educação Especial e, por fim, da Corde, acabaram se restringindo à atuação em programas de cooperação técnica e financeira junto a estados, municípios e instituições privadas de Educação Especial, contribuindo, sobremaneira, para a disseminação da lógica integracionista no país.

Em razão disso, as pessoas com deficiência continuaram, majoritariamente, excluídas do sistema educacional regular, pois, para acessá-lo e ali permanecerem, tinham de se adaptar, integrando à corrente principal (MANTOAN, 1998) e tendo o “direito de ser, sendo diferente” (MANTOAN, 2004, p. 36) completamente ignorado. Desse modo, um governo que teve a oportunidade de iniciar uma grande transformação no campo educacional ao contribuir para a construção de um sistema educacional inclusivo, acabou notabilizado pelo conservadorismo e pela ineficiência, fazendo com que a educação brasileira continuasse a permitir a reprodução de práticas segregacionistas, homogeneizantes, preconceituosas, discriminadoras e normalizadoras.

## Referências

- AGUILAR, L. **Estado Deserto: Brasil-Argentina nos anos de 1982-1992**. 2. ed. Campinas: Printfit Soluções, 2010.
- AVERBUG, M. Plano Cruzado: crônica de uma experiência. **Revista do BNDES**, v. 12, n. 24, p. 211-240, dez. 2005.
- BANDEIRA, M. **O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil: 1961-1964**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BENEVIDES, M. V. de M. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 Out. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 7.486 de 06 de junho de 1986**. Institui o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. 1986. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7486-6-junho-1986-368175-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 Out. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm)>. Acesso em: 10 out. 2013.
- BRASIL. **Mensagem Presidencial de 1989**. 1989a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-presidenciais-1/1989>>. Acesso em: 08 out. 2013.
- BRASIL. **Mensagem Presidencial de 1990**. 1990. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/mensagens-presidenciais-1/1990>>. Acesso em: 08 out. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Plano Educação para Todos**. Brasília: Ministério da Educação. 1985. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/200466/educacaoparatodos.pdf?sequence=5>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.. A Crise da “Nova República”. **Novos Estudos**, n. 23, p. 85-101, mar, 1989.
- CORAZZA, G. A política econômica do Plano Verão. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 1, p. 15-21, 1989.
- CRUZ, S. C. V.; MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de. (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 13-61.
- DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DERRIDA, J. **Margens da filosofia**. Campinas: Papirus. 1991.
- DÓRIA, P. **Honoráveis bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

- DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 691-713, 2007.
- FREIRE, P. N. R. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, R.; MOURA, S.; MEDEIROS, D. Procurando o Centrão: Direita e Esquerda na Assembléia Nacional Constituinte 1987-88. In: CARVALHO, M. A. R.; ARAÚJO, C.; SIMÕES, J. A. **A Constituição de 1988: passado e futuro**. São Paulo: Anpocs/Hucitec, 2009, p. 101-135.
- SARNEY, J. (site pessoal). **Infraestrutura**. 2011a. Acessado em: 27 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.josesarney.org/o-politico/governador-do-maranhao/infra-estrutura/>>.
- \_\_\_\_\_. **Educação/ TV Educativa/ Universidade**. 2011b. Disponível em: <http://josesarney.org/o-politico/governador-do-maranhao/educacao-tv-educativa-universidade/>. Acesso em: 27 nov. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Sarney deixa o PDS: O rompimento**. 2011c. Disponível em: <http://www.josesarney.org/o-politico/senador-pelo-maranhao/sarney-deixa-o-pds-o-rompimento/>. Acesso em: 27 nov. 2013.
- MANTOAN, M. T. E. Integração x Inclusão – Educação para todos. **Pátio – Revista Pedagógica**, v. 5, p. 4851, 1998.
- \_\_\_\_\_. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista do Centro de Estudos Judiciários**, n. 26, p. 36-44, jul./set., 2004.
- MORAES, R. C. de. O Plano Verão: prelúdio ao Plano Inverno (outono?). **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 1, p. 61-64, 1989.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1975.
- ROCHA, G. Maranhão 66. [Filme-vídeo]. Produção Mapa Filmes, direção de Glauber Rocha. Rio de Janeiro, 1966. 11 minutos.
- SILVA, T. T.. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.
- SKIDMORE, T.. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, C.. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **Revista Dados**, v. 44, n. 3, p. 513-560, 2001.

*Recebido em: 25/01/2014*

*Aceito em: 31/03/2014*